



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Linha de Transmissão 230 kV CD – Henry Borden – Manoel da Nóbrega e subestação Manoel da Nobrega - Praia Grande | São Vicente | Cubatão - SP”, de responsabilidade da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S/A - ELTE, realizada no dia 01 de dezembro de 2015, às 18 horas, em Cubatão / SP.

Realizou-se no dia 01 de dezembro de 2015, às 18 horas, no Salão nobre Mário Canelas da ACIC – Associação do Comércio e Indústria de Cubatão, na Rua Bahia, 163, Cubatão/SP, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Linha de Transmissão 230 kV CD – Henry Borden – Manoel da Nóbrega e subestação Manoel da Nobrega - Praia Grande | São Vicente | Cubatão - SP”, de responsabilidade da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S/A - ELTE (Processo 230/2013). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Patrícia Iglecias, saudava e dava boas-vindas a todos os presentes, de modo especial ao senhor Eugênio Augusto Silva Júnior, secretário de meio ambiente de Cubatão, aos empreendedores, aos consultores, e todos os que vieram aqui nesse final de tarde para esta audiência pública. A audiência pública como o nome diz é um evento aberto a qualquer interessado em que um projeto é apresentado para que dele se formulem eventuais críticas, contribuições, opiniões que tenham acerca da proposta feita com vistas a melhorar o próprio projeto. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte da audiência tem lugar à apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados pela equipe de consultoria sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra os representantes do Ministério Público, das organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que se manifestam em seu próprio nome, por representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS, da área de influência do empreendimento, representantes do Poder Legislativo, que não podem ser representados, e em seguida, aqueles que representam o Poder Executivo. Esclareceu que tudo que aqui for dito será registrado, e no final integrará uma ata que será juntada ao processo. Além disso, qualquer interessado tem ainda mais 5 dias úteis depois da segunda audiência sobre este mesmo EIA/RIMA, que será realizada no dia 03, portanto por mais cinco dias úteis, qualquer interessado pode encaminhar ou protocolar na CETESB, por meio de correspondência registrada, qualquer contribuição que queira ver juntada ao processo para ser analisada. Informou que a Mesa Diretora de Trabalhos era, na ocasião, composta por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, e pela geógrafa **Cláudia Harumi Yuhara** que é gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos Lineares da CETESB, a quem convidava para compor a mesa. Cumprimentando a todos disse que o licenciamento ambiental é dividido em três fases. Neste momento o empreendimento se encontra na análise de sua viabilidade ambiental para posterior e com base nos estudos, a emissão da licença prévia. Nessa licença prévia existem condicionantes ambientais, exigências que se atendidas, permitem a outra fase do licenciamento, que seria a licença de instalação que por sua vez também conta com condicionantes para a próxima fase de licenciamento. Todas as contribuições dessa audiência pública serão incorporadas no processo de análise do empreendimento. **Eduardo D'Áurea Bordignon**, engenheiro ambiental da ELTE, discorreu sobre o projeto, breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos. **Cristiane Friedrich Wendler**, engenheira florestal, da Caruso Jr. Estudos Ambientais e Engenharia Ltda, representando a equipe que elaborou o EIA/RIMA, empresa responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente

Página 1 de 2



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

nos recursos hídricos, no patrimônio arqueológico e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Disse também foram consultados além da CETESB que recebeu o estudo, uma série de outros órgãos intervenientes, prefeituras dos municípios interceptados, a Fundação do Índio, a Fundação Palmares relacionado aos Quilombolas, IPHAN, o próprio IBAMA quanto à questão da supressão da vegetação. Entre vários aspectos, citou que, vão ser interceptadas 60 comunidades, sendo 59 propriedades que só uma parte das suas terras vai ser interceptada, e uma propriedade vai precisar ser realocada, ocasião em que uma equipe da empresa vai entrar em contato para que essas pessoas sejam indenizadas. Passou-se à etapa em que o público se manifesta: **Welington Santos**: parabenizou pelo empreendimento e frisou que no momento de crise que o país tem vivido é uma boa notícia para as cidades da Baixada Santista e para o país também. Sugeriu que seria muito importante para a cidade a absorção da mão de obra local e também questionou sobre o artigo 36 da lei de unidades de conservação integral, se está previsto em alguma dessas três cidades. **Eduardo D'Áurea Bordignon**, engenheiro ambiental - ELTE: Quanto a questão da mão de obra local, disse ser sempre um desafio para Alupar, e citou o exemplo de Ferreira Gomes, uma usina hidrelétrica no Amapá que fica a 100 km da capital, o município tem 4 mil pessoas e praticamente colocou o município para trabalhar, ou seja, foram 70% das pessoas do estado trabalhando na usina e no começo da obra chegou a 90%, o que afirma que a empresa procura sempre contratar mão de obra local. Em relação às unidades de conservação, a lei tem o dispositivo do 0,5% de compensação, que é previsto no caso de significativo impacto ambiental, muito em função da área ser sensível com seus 16 km de linha, e que este recurso vai para a Câmara de Compensação Ambiental da SMA decidir. Ressaltou que em relação a impactos, é importante colocar que essa linha de transmissão estará em paralelo em grande parte a uma linha de transmissão existente, que é a da CPFL, a linha de 88kV, que sai de Henry Borden e vai até a subestação de Pedro Taques na beira da rodovia. A empresa irá manter esse paralelismo para tentar mitigar os impactos. **Cristiane Friedrich Wendler**, engenheira Florestal da Caruso Jr., complementou o que disse o engenheiro Bordignon, que o EIA/RIMA prevê a locação da mão de obra local na instalação do empreendimento em conjunto com o empreendedor e que existe um programa de desmobilização, mobilização e qualificação da mão de obra com o contato em algumas instituições e a busca de profissionais. Outro ponto que destacou é que um dos pontos analisados no estudo de alternativas é justamente a existência de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, Patrícia Iglecias, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, José Mário Nogueira dos Santos, lotado no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.